

A ESCRAVIDÃO NA GEOGRAFIA

SANTOS, MARCO AURÉLIO. *GEOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NO VALE DO PARAÍBA CAFEIEIRO: BANANAL, 1850-1888*. SÃO PAULO: EDITORA ALAMEDA, 2016.

Ana Luiza Guigues¹

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói, RJ, Brasil

Enviado em 15 dez. 2021 | Aceito em 12 abr. 2022

“Geografia da Escravidão no Vale do Paraíba Cafeeiro: Bananal, 1850-1888” é o livro a ser aqui discutido, de autoria de Marco Aurélio dos Santos, historiador, pesquisador e doutor pela Universidade de São Paulo, tendo resultado de sua tese de doutorado em 2014, sob orientação de Rafael de Bivar Marquese. Atualmente, Santos é professor da rede privada de educação básica de São Paulo, e membro dos grupos de pesquisa Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LABMUNDI-USP), e O Império do Brasil e a Segunda Escravidão (UNIRIO). No que tange aos seus temas de pesquisa, um dos principais versa sobre a economia cafeeira no Vale do Paraíba no século XIX, sendo abordado através da relação entre espaço agrário e trabalho escravo.

Neste contexto, seu livro versa sobre as relações entre Geografia — mais especificamente, a organização, construção e controle do espaço geográfico — e a escravidão negra no século XIX, enfatizando o domínio senhorial sobre o próprio espaço das plantações cafeeiras e de seus escravos e dos movimentos de resistência destes, a partir desses mesmos espaços. Como o próprio coloca: “neste estudo, a geografia da escravidão refere-se à dialética existente entre os usos alternativos ou não que os escravos faziam do espaço de plantação e os controles realizados por feitores, administradores e senhores sobre a mobilidade e o corpo dos cativos” (p. 23).

Neste sentido, é necessário realçar a pertinência do trabalho desenvolvido pelo autor, não só para o campo da História, mas principalmente para o da Geografia. Segundo ele

1. Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2745-0880>. E-mail: anaguigues@id.uff.br

a interação entre o histórico e o geográfico não é um assunto totalmente ausente dos estudos sobre escravidão. [...] Apesar de não transformarem a geografia em um objeto central de seus estudos, o trabalho de historiadores aponta para a compreensão de que uma “epistemologia essencialmente histórica” não contribui para se entender os diversos aspectos da escravidão (p. 14-15).

Ainda que seja um trabalho desenvolvido por um historiador no âmbito da História, a obra de Santos, além de incorporar de forma magistral a questão espacial no tema da escravidão, também faz refletir sobre a possibilidade (e provável necessidade) de incorporar a questão da escravidão negra no campo da Geografia. O mesmo autor, em trabalho anterior², defendeu igualmente a questão espacial na dimensão da escravidão colonial.

Vindo de uma corrente historiográfica que busca incorporar com maior rigor as questões geográficas no entendimento da escravidão no século XIX³, o recorte temporal e espacial do livro é importante. Considerando a teoria da “Segunda Escravidão⁴”, – da qual Marquese é enorme contribuinte – o município de Bananal, na segunda metade do século XIX, apresentou grande dinamismo no contexto da economia escravista brasileira e mundial. Com a necessidade crescente de aumento de produtividade, o controle (bem como o número) da mão de obra escrava viu-se num aumento exorbitante, intensificando então o controle da produção, da mão de obra e, por fim, do espaço cafeeicultor do vale.

É justamente neste contexto de controle extremo da força de trabalho que a obra de Marco Aurélio se insere, ao analisar como o espaço foi usado inúmeras vezes e das mais variadas formas para controlar a escravidão, mas também para resisti-la. Tendo como principal fonte inventários e processos criminais de Bananal entre os anos de 1850 e 1888, nos quais escravos aparecem ora como réus, ora como vítimas, o autor pôde realizar uma leitura das diferentes *espacialidades* construídas no município, dividindo então seu livro em três principais partes: a primeira, sobre os usos espaciais pelos senhores, feitores, etc. dentro das fazendas, de forma a controlar a produção e mobilidade do escravo; a segunda, sobre espaços externos e circunvizinhos às fazendas, realçando as dinâmicas sociais entre escravos de diferentes propriedades; e a terceira, sobre os usos alternativos dos espaços que os escravos faziam de forma a resistir às crueldades de sua realidade enquanto cativos.

É importante lembrar que os três espaços não se davam de forma desconexa entre si, pelo contrário. Um espaço, um mesmo lugar, poderia ser usado de diferentes formas por diferentes atores sociais. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o conceito de “espacialidade”, pois ele “ esclarece sobre como os usos dos espaços eram apreendidos de modo diferenciado através de um conjunto de variáveis, como a função do sujeito em determinada sociedade, seu sexo, sua posição social ou sua vinculação com outras pessoas” (p. 28) e também ressalta que “[...] o espaço é visto neste trabalho igualmente como um campo de ação dos sujeitos e como uma variável a ser levada em conta, seja para dominar e garantir as relações do poder, seja para resistir” (p. 28).

No que tange ao espaço de dominação, seja da paisagem, do espaço agrário ou da mão de obra escrava (no fim, todos eram amplamente dominados pelos senhores de forma a obter a maior

² Ver SANTOS, M. A. A dimensão espacial no estudo da escravidão. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 140-151, 2014.

³ Ver MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial. Vol.II - 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-384 e TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael; MONZOTE, Reinaldo Funes; FORNIAS, Carlos Venegas. Reconstructing the Landscapes of Slavery: A Visual History of the Plantation in the Nineteenth Century Atlantic World. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

⁴ Ver TOMICH, Dale. Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

produção possível, ou seja, a obter a maior riqueza possível), Santos chama atenção para a organização proposital do espaço interno das fazendas cafeeiras. Distantes umas das outras, as fazendas eram dispostas em quadras com o terreiro no centro, ladeado pelos edifícios da propriedade, de forma a sempre fiscalizar e vigiar o trabalho dos cativos, afinal, “a visualização como meio de controle foi um recurso que permitiu, como consequência, o aumento da exploração do trabalho dos escravos” (p. 51).

O autor lembra também que outra forma de impor ordem, disciplina e principalmente, hierarquização – esses elementos eram, afinal, o que sustentavam o trabalho forçado nas fazendas – era a própria arquitetura das construções, para além de suas disposições espaciais internas. Os casarões dos ricos proprietários, ou seja, a casa senhorial, eram uma forma representativa de afirmar poder, distinção social e dominação, uma vez que

O planejamento das construções dos edifícios de uma fazenda cafeeira levou em conta as relações sociais existentes, as condições produtivas do sistema agrário vigente no vale cafeeiro e, em muitos casos, os valores simbólicos agregados, principalmente, às casas de vivenda monumentais (p. 53).

Outros elementos dentro das próprias fazendas que marcavam essa “espacialidade da vigilância” (p. 49) eram os portões fechando o pátio, o enfileiramento dos cativos ao início e fim do expediente, os sinos como marcação do tempo, etc.

Em relação à marcação do tempo, Santos argumenta que não só o espaço foi controlado, mas também o tempo dos cativos: tempo para realizar uma atividade, tempo para descanso, tempo traduzido em mobilidade. No que diz respeito à mobilidade escrava, o autor enfatiza a ação conjunta de senhores de escravos e atores do “ordenamento público” na manutenção da ordem e relações escravistas, bem como a distinção dos cativos através de roupas diferenciadas e instrumentos de tortura como ferros presos ao pescoço. Tais mecanismos de distinção dos escravos serviram também para consolidar a vigilância e controle dos mesmos nos espaços fora das fazendas. Considerando a extensão territorial das propriedades mais ricas, estas possuíam “espaços vagos, parcialmente vigiados” (p. 92), e ainda podiam apresentar tocas, grutas, etc, nas quais era possível esconder-se. Assim, a vigilância externa à fazenda, conduzida por agentes da lei e poder público, bem como pela distinção dos escravos que permitisse fácil identificação em caso de fuga, eram elementos configuradores da *espacialidade do controle*, necessários para manter a ordem escravista da produção cafeeira.

O espaço circunvizinho entre as fazendas, além de proporcionar aos cativos certa mobilidade fora de propriedade de origem, propiciava também construir uma rede de relacionamentos e vizinhança para com seus semelhantes. No entanto, este espaço não estava livre da vigilância e controle de seus senhores. Ao identificar inúmeros “homens livres submetidos à influência dos grandes proprietários rurais” (p. 118), Santos argumenta que, para além do exercício da influência do poder local, os grandes senhores utilizavam-se desta parcela da população como meio de controlar os limites de suas propriedades, como identifica no trecho: “[...] os proprietários rurais posicionavam seus homens livres e seus cativos em locais estratégicos, para garantir um policiamento/fiscalização das terras senhoriais” (p. 125), uma vez que, sendo estas tão extensas, os conflitos por fronteiras entre uma fazenda e outra eram recorrentes.

No entanto, essas mesmas fronteiras serviram muitas vezes como ponto de apoio para escravos fugitivos e que, para propriedades com poucos escravos, foi possibilitado a estes a construção de uma rede de relacionamentos: “[...] escravos de diferentes senhores se conheciam e mantinham diversas relações, sendo mesmo possível que uns escravos visitassem outros, circulando

por diferentes propriedades” (p. 127). Santos lembra que essa mobilidade mais permissiva para com os cativos fazia parte da dinâmica da *plantation*, ao enfatizar que “ao aceitarem a mobilidade escrava como uma das exigências dos trabalhos agrícolas [...] os senhores possibilitaram aos sujeitos escravizados diversas apropriações dos espaços interno e externo das propriedades rurais” (p. 132-133) e que, a partir dessa mobilidade, foi possibilitado a eles criarem laços com outros cativos, dentro e fora de sua propriedade de origem, como laços de casamento, de amizade, etc. ao ponto de, em algumas ocasiões, ser permitido aos escravos casados um espaço próprio dentro da fazenda, separado das senzalas comuns.

Para essas e outras relações de sociabilidade, mediadas justamente pela proximidade espacial entre esses indivíduos, Santos as identificou como “vizinhança”, sendo esta

[...] o espaço em que os moradores, vivendo próximos uns aos outros, construíam suas redes de relacionamento. A noção de vizinhança alude, diretamente, à questão de um espaço socialmente contíguo, onde as pessoas de determinada localidade se conheciam e onde os desconhecidos, os estranhos, podiam ser facilmente identificados (p. 137).

O autor ainda argumenta que, muitas vezes, esses usos diferenciados, mais permissivos e móveis do espaço “[...] geraram antíteses às exigências de controle sobre o escravo. Havia, portanto, as necessidades de controle e de contenção; porém, com a mobilidade, e a conformação de territórios, a escravaria formava seu próprio campo de atuação [...]” (p. 133). No entanto, ainda que a conformação permitisse tal “liberdade” ao escravo em relação a seu uso do espaço e locomoção, Santos bem lembra que “qualquer possibilidade de conquista mais ampla deve ser entendida, necessariamente, como uma concessão senhorial que poderia ser, a qualquer momento, retirada” (p.133).

Nesse sentido, evidentemente, inúmeros casos de resistência escrava contra o sistema vigente se fizeram presentes. Este é o tema da terceira parte do livro: os usos alternativos que os cativos faziam dos espaços das fazendas e fora delas para fugir, resistir e sobreviver à escravidão. O autor argumenta que a apreensão espacial feita por esses sujeitos em suas vivências nos espaços interno e externo das fazendas cafeeiras permitiu a eles que os usassem de formas alternativas, identificando então brechas e possibilidades de rompimento do controle do espaço e tempo pelos seus senhores. Assim, para uma fuga ou resistência bem-sucedida, era fundamental que os cativos conhecessem bem os territórios pelos quais passavam e se encontravam: “para os escravos de Bananal, muitas das ações de resistência e de desafio ao poder senhorial só se efetivaram com o conhecimento que esses sujeitos adquiriram dos espaços interno e externo às propriedades de seus senhores” (p. 147).

Santos argumenta também que essas fugas “representavam o momento em que foi possível vislumbrar as movimentações alternativas dos cativos” (p. 150), uma vez que era de suma importância conhecer os caminhos percorridos e as localidades nas quais se encontravam de forma a evitar que fossem pegos. O autor ainda lembra que, para aqueles escravos pouco habituados ao município de Bananal, a fuga era então mais difícil: “os fugitivos estavam inseridos nessa espacialidade como transgressores. Eles sabiam que tal inserção era dependente dos usos que eles faziam da mesma” (p. 150).

Em contrapartida a essas ações de “rebelião”, Marco Aurélio dos Santos indica a reação dos senhores para conter as fugas, furtos e possíveis revoltas escravas. Utilizando de seu poder local e grande influência na política, os senhores por vezes recorriam “às instâncias superiores [...] para garantir a ordem e evitar maiores problemas” (p. 156). Essas instâncias superiores, de acordo com o autor, poderiam ser forças policiais ou mesmo “capangas” do próprio senhor, “[...] responsáveis por

garantir a ordem e acabar com a rebeldia escrava [...]” (p. 156). E a ordem, como bem lembra Santos, atravessava diretamente a questão espacial e seu controle pelos senhores, limitando a movimentação de seus escravos, explorando a terra e natureza para a produção do café e impondo seus interesses à política local, regional e nacional.

Em suma, a obra de Marco Aurélio dos Santos abarca um período histórico de grandes mudanças no cenário nacional e internacional, no qual a escravidão obteve papel predominante no que concerne à política, a economia, a sociedade. Sem abrir mão da análise temporal e do contexto histórico do momento, o livro de Santos ganha destaque por incorporar o elemento espaço para a compreensão da dinâmica da ordem escravocrata no Brasil.

Ao introduzir questões de ordem geográfica em seu argumento, e não somente do campo físico-ecológico mas, principalmente, do campo socioeconômico, o autor oferece ao campo da História novas possibilidades e formas de apreender as relações entre escravos, senhores, economia, política, cultura, etc. Por fim, possibilita entender como a espacialidade foi fundamental para consagrar o regime escravista no Brasil ao longo do século XIX e como a Geografia pode ser útil - e necessária - para entender melhor tal questão.

Assim, visto este enorme papel da Geografia no estudo da escravidão, cabe aqui indagar: qual o papel da escravidão no estudo da Geografia?